

## 2

### O Segundo Reinado e o Instituto Histórico

#### 2. 1.

#### As Revistas do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil entre os anos de 1870 a 1890: um panorama

Todo livro de história digno desse nome deveria incluir um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de reviravolta do desenvolvimento, uma seqüência de parágrafos que se intitularia algo como: 'Como posso saber o que vou dizer'?

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.**

A reflexão que segue ao longo desta dissertação parte de um material com qualidades muito particulares que não constitui um objeto evidente, pois tal Revista era composta por artigos de sócios e por documentos coligidos de naturezas distintas sem ter uma forma e conteúdo regular. Sendo assim, construiremos um panorama da Revista por artigos que a comentaram *a posteriori* e no correr de sua elaboração. Dessa forma, ao apresentar o objeto deste estudo pelas palavras daqueles que o produziam, o leitor saberá 'como posso saber o que vou dizer' e ter dimensão de que esta dissertação aborda apenas algumas dentre as muitas questões que essa Revista sugere. Nesse sentido, destacaremos, no seu devido momento, duas faces do Instituto por esse panorama da Revista: sua face ilustrada e sua face antiquária.

Começemos por um comentário sobre o acervo do IHGB publicado em 1884, que se intitulava **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**<sup>23</sup>. Tal **Exposição** merece atenção por um dado que seu autor, Tristão de Alencar Araripe, comenta em seu princípio. "Sendo eu membro da comissão de redação da Revista Trimensal, tive de consultar os nossos manuscritos, a fim de poder fazer seleção dos mais convenientes para a publicação"<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 547-553, 1884.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 547.

Sendo da comissão de redação do Instituto, Alencar Araripe fazia parte dos sócios que definiam parte do conteúdo da Revista, por isso sua **Exposição** é um indício relevante dos parâmetros que articulavam a elaboração desse objeto. Além disso, da **Exposição** foi feito um catálogo distribuído aos sócios do IHGB que rendeu a seu autor “um voto de louvor por tão relevante serviço prestado pelo digno sócio o Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, que cada vez mais tem demonstrando seu muito zelo e inexcedível dedicação ao Instituto”<sup>25</sup>. Era, então, uma **Exposição** aceita entre os sócios. Alencar Araripe percorreu um conjunto amplo de manuscritos que estavam sob a proteção do Instituto, dando publicidade a um acervo que se encontrava desorganizado.

Os manuscritos em avulso, ou em cadernos, estavam sem classificação, nem catálogo: era pois impossível conhecer o que existia sem uma revisão geral deles. Daí a necessidade de fazer o exame de tudo, e assim deliberei executar, inventariando tudo quanto o foi encontrando em maços, nos quais estavam promíscuos todos os papéis.

Depois de passar uma revista geral, fiz a divisão dos manuscritos em 4 classes, a saber:

- 1º Biografias
- 2º Documentos
- 3º Memórias
- 4º Poesias

Não bastava esta classificação geral para facilitar a consulta dos manuscritos; era também preciso pô-los por ordem alfabética em cada uma destas classes; e assim o pratiquei<sup>26</sup>.

A divisão em quatro *classes* que Tristão de Alencar Araripe operou na organização desses manuscritos, além de reproduzir os títulos atribuídos aos textos publicados nas Revistas de sua época, se assemelhava àquela feita pelo também sócio do IHGB Manoel Duarte Moreira de Azevedo em seu **Índice** das publicações do Instituto<sup>27</sup>. Isso significa que estas são as *classes* dos artigos com os quais esta pesquisa pôde lidar<sup>28</sup>. Não é difícil saber do que se tratavam as *classes biografias, documentos e poesias*, porém é necessário explicar o que se chamava de *memórias*.

<sup>25</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **12ª sessão ordinária em 2 de agosto de 1889**. 52 (80): 440, 1889.

<sup>26</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 547, 1884.

<sup>27</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Índice geral alfabético das memórias, documentos e biografias publicados nos volumes 1 a 44 da Revista do Instituto Histórico**. 45 (65): 237-326, 1882.

<sup>28</sup> Entre os anos de 1870 a 1890 foram impressos: 98 documentos; 76 memórias; 52 biografias; e apenas uma poesia. Considerando que tanto documentos quanto *memórias* tratavam de assuntos diversos, chama a atenção o número de biografias, que indicam o apreço que os sócios do IHGB tinham por essa *classe*.

Dividindo os manuscritos em documentos e memórias, nem sempre foi possível guardar verdadeiro rigor na aplicação dessas denominações às peças catalogadas; porquanto peças oficiais, que deveriam ter o título de documentos, muitas vezes encerram dissertações desenvolvidas sobre a matéria, de se que ocupam, e neste caso classificá-los com esse título seria deixar a sua natureza real pela forma aparente<sup>29</sup>.

Tristão de Alencar Araripe definia *memórias*, então, como uma dissertação cujo tema podia ser variado<sup>30</sup>. No entanto, boa parte das *memórias* publicadas nas revistas do IHGB traz uma informação a mais. Tais textos têm em seu cabeçalho a expressão “Memória lida na sessão do dia...” seguindo a data. Ou seja, as *memórias* não são apenas dissertações escritas por um sócio em sua casa, mas um trabalho apresentado em sessão do Instituto, o que nos leva a um dos hábitos destas sessões: a leitura e discussão de diferentes artigos dos sócios do IHGB. A **Notícia sobre a Maioridade**<sup>31</sup>, *memória* que nos servirá de exemplo de autoria do próprio Tristão de Alencar Araripe, gerou (como já havia percebido Lúcia Guimarães<sup>32</sup>) certa controvérsia no momento em que seu autor a lia, sendo impresso, após a *memória*, um adendo no qual o autor incorporava os comentários, que o próprio Imperador fez na sessão, expondo que, ao contrário do que afirmara Araripe, D. Pedro II não tinha conhecimento e não havia se comprometido com o clube maiorista que articulava secretamente a declaração da maioria. Fora a comoção gerada pela idéia de que o então príncipe teria incentivado e participado do clube maiorista, essa *memória* nos dirige às sessões nas quais eram apresentadas por um dado fundamental: a assídua presença da família imperial no IHGB.

Em cada sessão ordinária eram registradas, além das *memórias* expostas, a presença do Imperador e da família imperial, assim como a do Presidente do IHGB (que abria as sessões) e dos distintos sócios que compareceram. Nas

<sup>29</sup> Op. cit, p. 548.

<sup>30</sup> Uma pesquisa em dicionários de 1813 a 1870 mostrou como recorrentes as seguintes definições de *memórias*: “a faculdade que tem a mente de se lembrar das idéias e sensações recebidas em tempo passado”; “\_s, pl. escrito histórico sobre fatos contemporâneos e observados pelo escritor: \_, dissertação sobre matérias científicas ou literárias. As \_s da Academia” (ALMEIDA, D. José Maria de e LACERDA, Araújo Corrêa de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1859). Dessas definições chama atenção não só a recorrência da definição de *memórias* como uma “dissertação sobre matérias científicas ou literárias”, como o exemplo “As memórias da Academia”.

<sup>31</sup> ARAIPE, Tristão de Alencar. **Notícia sobre a maioridade**. 44 (63): 167-268, 1881.

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

sessões aniversárias<sup>33</sup> o ritual era mais elaborado, sendo composto pelo *Discurso do Presidente* (sempre um elogio ao Instituto e a seus protetores imediatos: o Imperador e a família real), pelo *Relatório do 1º Secretário* (que comentava as *memórias* publicadas na Revista do ano que passava) e, por fim, pelo *Discurso do Orador* (que apresentava biografias dos sócios falecidos naquele ano). O ano do IHGB, então, se dava por uma ritualística própria<sup>34</sup>, na qual a cada sessão *memórias* eram apresentadas compondo o conteúdo da Revista que viria a ser impressa. Portanto, o nome *memória*, atribuído aos artigos que não eram *biografias* ou *documentos*, afirma a importância das sessões para a vida do Instituto e a relação do conteúdo da Revista com tais sessões. Há de se ter em vista, a partir deste ponto, que cada *memória* que iremos comentar passou por alguma sessão do IHGB promovendo, ou não, debates. Porém, a relação entre a Revista e as sessões implícita no nome *memória* ainda não dá conta desta *classe*.

Para se compreender o que eram *memórias* são úteis as referências, mesmo que pontuais, de dois textos: os estatutos da **Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**<sup>35</sup> e as **Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras**<sup>36</sup>. As semelhanças entre os estatutos destas instituições e com os do IHGB são muitas (o que nos leva a aproximar o IHGB da tradição ilustrada<sup>37</sup>), especialmente o estreito vínculo entre tais sociedades e a coroa chama a atenção, assim como a disposição em resguardar os heróis do esquecimento. Em tais sociedades era suposto distribuir medalhas e prêmios aos sócios que prestassem grandes serviços, o que era prática do IHGB, porém o assunto aqui é outro. É notável como a palavra *memória* parece ter tido o mesmo uso. O **Estatuto da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos** tinha como oitavo ponto as seguintes disposições:

<sup>33</sup> Tanto as sessões ordinárias quanto as aniversárias eram impressas ao fim do segundo volume da Revista. Nesta parte, eram publicados alguns discursos e pequenos relatórios das sessões ordinárias. Os discursos e relatórios proferidos nas sessões aniversárias eram publicadas integralmente. No que se refere a sua forma, o fim do segundo volume é a única parte constante da Revista.

<sup>34</sup> C.f. GENOVEZ, Patrícia Falco. **Visões da liturgia: o Imperador e os partidos políticos**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 57-82, 2000. e ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte; investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>35</sup> **Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**. 45 (64): 49-67, 1882.

<sup>36</sup> **Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras**. 47 (68): 87-105, 1884.

<sup>37</sup> C.f. CAVALCANTE, Berenice. A ilustração brasileira: a leitura “colonial” dos filósofos iluministas (séc. XVIII-XIX). **Letterature D'américa Tuttamerica** Rivista Trimestrale, Università Roma La Sapienza, n. 51, p. 53-67, 1993.

8. Para escrever a Historia eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, enfim uma Historia Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias deste continente: porém antes que se lhe encarregue a dita História, que deve compor-se em latim (e sujeitando-se aos preceitos não dá lugar a se averiguarem os pontos duvidosos, e a grande individuação, com que o historiador deve saber todos os fatos, e opiniões para escolher a melhor), se concluirão as memórias históricas, que se devem imprimir na língua portuguesa<sup>38</sup>.

Assim como nessa citação, *memória* aparece na Revista como sendo um tipo de produção pontual, jamais uma história universal. Chama atenção, nesse sentido, que nas páginas da Revista encontramos diferentes histórias pontuais, sendo as **Notas para a História Pátria**<sup>39</sup> de Candido Mendes (publicadas entre 1876 a 1879) exemplares desse tipo de historiografia, onde tem grande força o cuidado e severidade na crítica das fontes<sup>40</sup>. Além disso, as *memórias* do IHGB nos remetem às *memórias* de homens que experimentaram a ilustração, como José Bonifácio, por partirem de um mesmo juízo pragmático no qual a ciência deve ter alguma utilidade<sup>41</sup>. Certas *memórias* impressas na Revista tratavam, então, dos meios de promover o progresso.

Na **Exposição** de Alencar Araripe indicava-se, ainda, que essas *memórias*

dividem-se em três grandes categorias, que são:

1º Enquanto á historia;

2º Enquanto á geografia;

3º Enquanto á etnografia.

São esses os três assuntos, que a nossa associação tomou a si desenvolver, como ela o enunciou nos seus estatutos<sup>42</sup>.

Se o nome *memória* não ofereceu nenhum indício sobre as preocupações do IHGB, por este último comentário é possível destacar os interesses do Instituto Histórico: história, geografia e etnografia<sup>43</sup>. Apesar desta divisão, explícita até

<sup>38</sup> Op. cit., p. 51.

<sup>39</sup> MENDES, Candido, 1818-1881. **Notas sobre a história pátria**. 39 (53): 5-24, 1876; 40 (55): 163-247; 277-373, 1877; 41 (57): 71-141, 1878; 42 (58): 141-205, 1879.

<sup>40</sup> C.f. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.

<sup>41</sup> C.f. DIAS, Maria Odila leite Da. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila leite Da, **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>42</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 551, 1884.

<sup>43</sup> Certamente não é colocação nova afirmar que o IHGB se interessava por tais *categorias*, porém não deixa de ser relevante destacar a consonância entre as colocações de um sócio do Instituto e o conhecimento sobre o IHGB que vem sendo consolidado por diferentes pesquisas. No que se refere à quantidade de publicações sobre cada *categoria*, verificamos que das 76 memórias impressas entre os anos de 1870 a 1890: 51 eram históricas; 17 geográficas; e 8 eram trabalhos etnográficos. Como uma análise estritamente quantitativa não dá conta da dimensão qualitativa, tais números devem ser lidos com cuidado, pois as fronteiras entre esses *assuntos* não eram

mesmo nos nomes conferidos às comissões do IHGB, a fronteira entre essas *categorias* não era evidente. A aproximação entre história, geografia e etnografia será mais bem detalhada. Aqui vale destacar que o nome *memória*, atribuído à grande maioria dos artigos que não eram *biografias* ou *documentos*, por não abarcar um, mas vários tipos de textos, pode ter contribuído para que as *categorias* se entrecruzassem em um mesmo artigo. Por fim, Tristão de Alencar Araripe dividiu os manuscritos do IHGB por *matéria*.

Uma subdivisão convinha formar, e essa é referente á matéria do documento, que ou respeita á nossa história geral, ou á história especial das províncias. Assim teríamos os nossos documentos separados em duas classes:

1º Quanto aos fatos gerais do Império.

2º Quanto aos fatos especiais de cada província.

Esta última divisão tem importância singular, pois é semelhante ao critério adotado pelo sócio coronel Augusto Fausto de Souza em seu **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista Trimensal do Instituto Histórico em relação a cada uma das províncias do Império**<sup>44</sup>. Neste **Índice**, que foi feito para o aniversário de cinqüenta anos do IHGB, Fausto de Souza lista todos os artigos dos sócios do Instituto publicados nos cinqüenta tomos da Revista, dividindo-os em grupos. Cada grupo recebeu o título da província sobre a qual versavam, sendo o último grupo de artigos intitulado *Brasil em Geral*. Por esta divisão pode-se indicar uma certa hierarquia entre estes artigos, que se baseia no que este sócio considerava ser de interesse de todo o Império e o que seria de interesse apenas de cada região.

Há de se explicitar que o **Índice** de Fausto e Souza e a **Exposição** de Alencar Araripe chamaram a atenção e foram lidos até aqui, em grande medida, pela discussão feita por De Certeau em **A escrita da história**<sup>45</sup>. Ao perceber a historiografia enquanto uma tecnologia de formulação da verdade, De Certeau enfatiza que a operação historiográfica se inicia com o ato de classificar e segue, por diferentes procedimentos, até a concretização da escrita. É por esta importância conferida à classificação, etapa fundamental da operação

---

rígidas. Destes números podemos sugerir apenas que a história tinha certa força na construção do argumento desses letrados. O número de *memórias históricas* também deve ser lido tendo em vista que as *memórias* que versavam sobre a história nacional, por tratarem de questões pontuais, eram menores do que os artigos etnográficos e, por isso, mais numerosas.

<sup>44</sup> SOUSA, Augusto Fausto de. **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista Trimensal do Instituto Histórico em relação a cada uma das províncias do império**. 51 (76): 379-404, 1888.

<sup>45</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

historiográfica, que os textos que se encontram dentro do grupo *Brasil em Geral*<sup>46</sup> serão lidos com maior atenção. Afinal, como o **Índice** de Augusto Fausto de Sousa foi aprovado e integrou a comemoração dos cinquenta anos do IHGB, momento em que os sócios do Instituto comentavam sua produção, não seria absurdo assumir que os artigos para os quais Fausto Souza deu destaque também eram referências para outros sócios que compunham o IHGB na época.

A notoriedade de alguns desses artigos, e especialmente de seus autores, também foi afirmada pelo então 1º Secretário do Instituto e Diretor da Revista Franklin da Távora na quinquagésima publicação do IHGB<sup>47</sup>. Por esse discurso, iremos nos distanciar da Revista para apresentar o IHGB entre os anos de 1870 e 1890 (especialmente seu estreito vínculo com a família imperial), pois se a Revista até aqui ganhou alguma materialidade, o IHGB ainda não foi comentado (nem sua face antiquária).

Franklin da Távora começava sua narrativa pelo momento da fundação do Instituto, que foi articulada pela “iniciativa particular de dois homens de superior intuição”<sup>48</sup>. Apesar da importância de Januário e Cunha Mattos na condição de fundadores, Franklin da Távora os menciona mas não os apresenta, talvez por se tratarem de sócios consagrados. A fundação do IHGB o leva a outra direção: aos diferentes comentários endereçados ao Instituto que, desde sua fundação, foi digno de elogios da imprensa, do Governo e do Corpo Legislativo. Por tais elogios transcritos em seu discurso, Távora destacava duas atribuições do IHGB. Devido à semelhança entre tais elogios, tomemos os comentários da imprensa como exemplares:

Esta nova instituição, análoga a outra que, com igual nome, e com os mesmos fins, há poucos anos foi criada na França, aonde vai produzindo os mais belos

<sup>46</sup> Destaquemos os seguintes artigos: **Documentos trazidos do Paraguai** Dr. João Ribeiro de Almeida (33 [41] 1870); **Apontamentos sobre os limites do Brasil** de Dr. Ernesto Ferreira França (33 [41] 1870); **Notícia de um povo que já habitou o Brasil antes do dilúvio** de Dr. Carlos Rath (34 [42] 1871); **Limites do Brasil com o Paraguai** do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro (35 [45] 1872); **Viagem ao Paraguai 1869** pelo Dr. F. I. Homem de Mello (36 [47] 1873); **Ensaio de Antropologia: região e raças selvagens** por Dr. José Vieira Couto de Magalhães (36 [47] 1873); **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil** por Augusto Fausto de Souza (43 [61] 1880); **Povoação do Brasil** por José Silvestre Rebello (45 [65] 1882); **As fortificações no Brasil** pelo Augusto Fausto de Souza (48 [71] 1885); **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil** pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe (50 [75] 1887). Tais textos, entre outros que serão apresentados no seu devido momento, são o corpo a ser vislumbrado.

<sup>47</sup> Esse artigo foi impresso com destaque logo no primeiro volume antes do corpo da Revista recebendo, por isso, numeração por algarismos romanos. Foi o primeiro comentário impresso sobre a comemoração dos cinquenta anos do IHGB e, por isso, merece atenção.

<sup>48</sup> TÁVORA, Franklin. **O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 50 (74): XVII, 1887.

resultados, tem por fito promover e aperfeiçoar os estudos históricos, colher todos os materiais que podem servir para ilustrar os pontos obscuros, duvidosos ou confusos da história, principalmente da do Brasil, encher as lacunas que nela haja, justificar ou desmentir as tradições, julgar as opiniões dos autores, cotejá-las com os fatos verdadeiros, apurando e averiguando estes por indagações, pelo exame e pela crítica; dissipar o erro e fazer aparecer a verdade em toda a sua pureza e esplendor. Ela vai espalhar sobre o nosso passado uma luz viva, fazer com que as lições dele baseadas na realidade, nos sejam verdadeiramente úteis e nunca possam iludir-nos. Sua fundação deve necessariamente concorrer para despertar, entreter e conservar o culto da *sã leitura*, da ciência dos fatos, mestra dos homens e das nações. Por ela o dia 21 do corrente vai marcar na história do Brasil uma grande época, após a qual prolongará uma idade de nova ilustração, uma série de belas conquistas para a ciência, e de ricos troféus para a verdade<sup>49</sup>.

Ao IHGB caberia, então, *criticar* um conhecimento histórico herdado e difundir o *culto da sã leitura*, fundando uma *idade de nova ilustração* na qual a história seria mestra da vida, atribuições que os sócios assumiram desde os primeiros anos de atividade<sup>50</sup>. O relatório da Assembléia Geral de 1839, que Távora transcreveu, apontava essas mesmas atribuições ao IHGB e o Corpo Legislativo aprovava, na ocasião, o financiamento do novo Instituto. Apesar desta calorosa recepção e de tão relevante missão, tendo sido principiado por *iniciativas individuais*, o IHGB tenderia a acabar, pois, como argumentava Távora, as *iniciativas individuais*, mesmo as promovidas por *homens de intuição superior* como Januário e Cunha Mattos, têm apenas a duração daqueles que as promovem<sup>51</sup>. Távora, então, enaltece a augusta proteção do Imperador, destacando o discurso que o monarca proferiu no dia 4 de Dezembro de 1849 pelo qual inaugurou-se *nova era* do IHGB.

'Sem duvida, senhores, que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo atinja perfeitamente, de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertenco digna realmente dos elogios da posteridade.

[...]

Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que

<sup>49</sup> Ibid., p. XVIII.

<sup>50</sup> C.f. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização* nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

<sup>51</sup> "A morte de Cunha Barboza trouxe precoce e enervador desânimo ao Instituto. Até aquele momento chegara a vibração da iniciativa individual. Dali por diante, a ação impulsiva começou rapidamente a diminuir, e a nova associação, que a essa força devia o seu crescimento, teria inevitavelmente caído no torpor da morte, si força mui intensa - a augusta presença de S. M. O Imperador - a não tivesse substituído. Entrou, então, o Instituto em nova existência" (Op. cit., p. XVIII).



me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres'.

Não podia abrir-se sob melhores auspícios a nova era do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A história do IHGB era dividida por esse letrado em dois momentos. Franklin da Távora afirmava pela voz do Imperador que tais momentos marcavam atividades distintas do Instituto. Inicialmente, o IHGB teria se dedicado a *coligir e metodizar* (como está explícito logo no primeiro ponto de seus Estatutos que, embora tenham se modificado, mantêm sempre esses verbos na sua primeira proposição). Foi apenas na *nova era* inaugurada pela presença do Imperador que o IHGB pôde consolidar sua potência de produzir *novo conhecimento*, “mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merecem as aplicações da inteligência”. É notável que este argumento, no qual se afirma que a presença do Imperador inaugurou *nova era* no Instituto, havia sido construído de forma semelhante por diferentes sócios. Joaquim Manoel de Macedo, em seu *Discurso* como *Orador* na sessão aniversária de 1871 dizia:

Com a morte de alguns de seus principais patriarcas, e com o cansaço e a indiferença que quase sempre seguem aos primeiros anos de esforços mal apreciados e de pura dedicação desinteressada, o Instituto viveu ignorado, decadente, ameaçado de dissolução pelo abandono, e durante longo e doloroso período deveu sua conservação ao culto zelosíssimo de oito ou dez constantes sacerdotes, que nunca desertaram do templo, e o testemunho público de sua vida a publicação regular da Revista (...). A proteção franca e imediata do Imperador, a presença infalível de S. M. Imperial ás nossas sessões abriram-no **época**, a da **renascença** e a do **florescimento**”<sup>52</sup> [grifo meu].

Ou seja, tais sócios falavam de um novo momento inaugurado pela presença do Imperador, cuja continuidade se dava até os dias em que apresentavam seus discursos. Até mesmo a fundação do Instituto, na fala dos sócios Franklin da Távora e Joaquim Manoel de Macedo, se situava em outro momento, no qual já havia *homens superiores*, porém faltava a augusta proteção do Imperador e, por isso, prevaleciam as *iniciativas individuais*. Sendo assim, o reinado do Duque de Bragança (como usualmente se referiam a D. Pedro I) e as regências marcadas pela *anarquia* (como comentava Moreira de Azevedo, sócio que mais tratou deste momento) situavam-se como o passado da *nova era* iniciada após a maioridade. Tais referências são significativas na medida em que o presente destes letrados era justificado e definido por uma historiografia que foi

<sup>52</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. **Discurso do Orador**. 34 (43): 416, 1871.

publicada na própria Revista. Afinal, os sócios do IHGB que iremos comentar mantinham vivo, além do vínculo entre o Instituto e a família imperial, o compromisso com a opção pela monarquia constitucional mesmo frente ao intenso debate que marcou os anos de 1870 a 1890<sup>53</sup>. Para que este ponto possa ser desenvolvido, iremos dar destaque à análise das *memórias históricas* que tratavam do período regencial, pelas quais se reafirmava a valorização da monarquia constitucional e a distância entre o segundo reinado e o seu passado.

No que se refere ao texto de Franklin da Távora, chama a atenção que foi graças à proteção de D. Pedro II que o IHGB pode produzir tantos vultos e tão relevantes trabalhos. Se, como argumentou Távora, a potência do Instituto era difundir a *ilustração*, seu instrumento principal era a Revista, que, por sua *multiplicidade de estudos*, se assemelhava a uma *enciclopédia*.

A sociedade, a cuja frente se achava um Príncipe patriota, ilustrado, e cheio de fé no futuro da Nação, ganhando majestoso realce e atraindo para o seu grêmio a fina flor dos nossos literatos, não pouco talvez para que Baena, Fernandes da Gama e Abreu e Lima produzissem os seus livros ainda pouco polidos, sobre a nossa história geral e provincial; Pereira da Silva, membro dessa sociedade, escrevesse o *Plutarco Brasileiro*, os *Varões Ilustres* e a *Historia da Fundação do Império*; Varnhagem a *Historia Geral do Brasil*, Magalhães a *História do Maranhão*; Vieira da Silva *História da Independência do Maranhão*; Gonçalves Dias *O Brasil e a Oceania*; Joaquim Caetano *O Brasil e o Oyapock*; enfim Candido Mendes, Macedo, Porto-Alegre, J. Norberto, Raiol, Alencastro, Couto de Magalhães, Machado de Oliveira e muitos outros compatriotas, filhos, por assim dizer, da convivência ou do estímulo do Instituto Histórico, realizassem tantos e tão importantes trabalhos que em sua maior parte enriquecem a Revista Trimensal, já relativas á historia e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras, formando da Revista, por esta multiplicidade de estudos, uma quase enciclopédia. Quem a compulsar, há de reconhecer que não há favor neste conceito<sup>54</sup>.

Se a Revista era como uma enciclopédia, o era no sentido em que cada parte sua pretendia ser um ponto a definir um quadro maior: o Império do Brasil, suas potencialidades e particularidades. Tal produção, no entanto, mais se assemelhava a uma coleção que ao coligir novo objeto o inseria dentro de uma certa ordem. Se tomarmos como exemplo de análise de coleções a obra

<sup>53</sup> C.f. Entre outros, ver ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

<sup>54</sup> TÁVORA, Franklin. **O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 50 (74): XIX, 1887.

**Collectionneurs, amateurs et curieux** de Krzysztof Pomian<sup>55</sup>, partimos da referência onde uma dada coleção permite, por um material visível (no caso do IHGB a Revista), acessar um sentido invisível, cuja potência é forte o suficiente para gerar um elo entre os homens que se relacionam com a coleção, tanto entre si quanto com o significado invisível que a coleção materializa. Nesse sentido, se cada artigo e documento da Revista dava visibilidade a um objeto, tendo, por isso, um sentido metonímico, personificando para o leitor aquilo que representa (assim como uma moeda antiga é capaz de materializar um fragmento do passado), a Revista se assemelhava a uma metáfora do Estado-Nação pela qual se conhecia tanto suas potencialidades, por onde seria possível construir projetos para o Império, quanto armar uma representação na qual tais objetos são lidos como parte de um todo homogêneo (se por um lado, uma moeda possibilita o encontro direto com uma economia, por outro, uma coleção pode materializar uma época ou Nação por materializar uma idéia que não se verifica em apenas um objeto, mas na reunião de vários). Sendo assim, é possível afirmar que existe, implícito na Revista, um gosto antiquário comprometido com o Império, cujos indícios são as *categorias* (história, geografia e etnografia) que Tristão Alencar Araripe extraiu dos **Estatutos** do Instituto, as quais se desdobravam na Revista em muitos caminhos, como ilustra a fala de Távora: “já relativas á história e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras”. No entanto, para que a Revista pudesse ser uma coleção ou enciclopédia, era fundamental que o material impresso fosse legítimo e verdadeiro, o que aproxima ainda mais nossa discussão do antiquarismo.

Arnaldo Momigliano, em seu clássico texto **L’histoire ancienne et l’Antiquaire**, trata de um humanismo que cresceu em força ao fim do século XVII. Assim, nascia um conjunto de interessados no passado, porém não pelas verdades ou ensinamentos que este passado podia conter, mas por ser uma obra ou objeto que sobreviveu à prova do tempo. Era fundamental para esses homens, então, verificar a autenticidade dos objetos e a autoria dos textos, donde emergiu uma crítica que fundou, por exemplo, a diferença entre a fonte primária e a fonte secundária.

---

<sup>55</sup> POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux : Paris, Venise : XVIe-XVIIIe siècle**. Paris : Gallimard, 1987.

A comparação entre antiquários e sócios do IHGB sugere que em ambos existe um gosto pelo objeto que traz consigo uma crítica ao próprio objeto que averigua sua autenticidade e autoria, possibilitando ao estudioso recuperar um fragmento que o leva a um contato direto com o passado, com uma região ou *raça* desconhecida. Em todo caso, nessa perspectiva, é possível acessar, por meio de um fragmento verdadeiro, algo que se conhece pouco ou nada.

Por outro caminho, Koselleck aponta, em um conjunto variado de artigos, outra forma de encarar a crítica textual que elucida outra face da disposição, comum aos sócios do IHGB, de criticar. Se Momigliano associa a crítica à autoria e autenticidade do texto à atividade antiquária, Koselleck aproxima essa crítica ao *tempo moderno*.

Partindo das guerras religiosas como experiência pela qual ganhou sentido o argumento hobbsiano de que o cidadão não deve se confessar publicamente, Koselleck, em **Crítica e Crise**<sup>56</sup>, coloca a crítica à autoria e autenticidade de textos consagrados como prelúdio de um processo que pouco a pouco foi se consolidando e submetendo diferentes assuntos e objetos a uma avaliação racional<sup>57</sup>. Se a princípio os assuntos passíveis de crítica eram limitados pelo temor de uma nova guerra civil promovida pelas discordâncias professadas publicamente, com o advento de sociedades secretas como as lojas maçônicas ou de espaços de convívio restrito, a crítica, instrumento de uma moral que resignificava a participação do homem no espaço público, foi ganhando força, submetendo até mesmo as formas de governo a uma reavaliação. Nesse contexto, as experiências passadas foram perdendo sua potência de orientar o presente, pois o alargamento da crítica e a confiança na razão foram consolidando uma experiência de superação do passado<sup>58</sup>. Assim, o passado não era mais uma referência de virtudes a serem aproveitadas, mas um período ultrapassado que

<sup>56</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

<sup>57</sup> A própria Bíblia foi submetida à crítica por autores como Richard Simon e Spinoza. Tomando Spinoza como exemplo, a questão que movia a crítica à sagrada escritura partia, dentre outros pontos, de uma dúvida da autoria e autenticidade dos textos sagrados, como se pelo tempo a mão humana pudesse ter comprometido a autenticidade do texto (ver como exemplos o capítulo da Interpretação da Escritura e o seguinte do **Tratado Teológico-Político**).

<sup>58</sup> C.f. KOSELLECK, Reinhardt. "Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento". In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

pertencia a outro momento da humanidade<sup>59</sup>. Pela confiança na razão que tinha como instrumento a crítica, começava a se consolidar uma experiência que veio a ser nomeada de progresso que marcou profundamente o *tempo moderno*.

Dessa forma, se Momigliano associa a crítica textual à atividade antiquária, Koselleck situa a crítica em um enredo próprio ao início da modernidade. Destaquemos que a crítica dos sócios do IHGB caminha nessas direções, pois pode ser associada tanto ao juízo dos documentos<sup>60</sup>, quanto à disposição de promover o progresso pela mão da razão.

Não se deve, porém, esquecer que existe uma certa distância entre esse debate e o IHGB. Sendo assim, podemos partir do argumento de Manuel Salgado<sup>61</sup> que, ao comentar a relação do Instituto Histórico com a Sociedade dos Antiquários do Norte, demonstra a particularidade do gosto antiquário no Instituto. Este gosto foi, como destaca esse autor, alargado pelo convívio com a Sociedade dos Antiquários do Norte<sup>62</sup>. A relação entre eles resultou em uma *reinvenção da tradição antiquária*<sup>63</sup>, onde a arqueologia se destacou frente o estudo das fontes escritas, especialmente por investigar sociedades que

<sup>59</sup> Texto exemplar dessa historiografia é **A educação do gênero humano**, de Gotthold Ephraim Lessing. Ver: LESSING, Gotthold Ephraim. **Escritos filosóficos y teológicos**. Madrid: Ed. Nacional 1982.

<sup>60</sup> Parece ser válido comentar que se associamos a crítica à autenticidade e autoria do documento ao antiquarismo (C.f. RIBEIRO, Renato Janine. "Lorenzo de Valla e os inícios da análise de texto". In: RIBEIRO, Renato Janine. **A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política**. São Paulo: Companhia das Letras 1993.), no caso do IHGB um antiquarismo interessado em documentos sobre a história e geografia nacional, não perdemos de vista que a crítica a validade do documento autêntico (se seu autor não teria feito um estudo ou relato inadequado) é característico do século XIX (C.f. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.). Para que fique mais transparente, associamos a busca pela autoria e autenticidade a uma preocupação antiquária, ao passo que a crítica a validade do documento (se o autor tinha os meios adequados e o equilíbrio racional necessário para dizer o que dizia) é particular ao oitocentos.

<sup>61</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.

<sup>62</sup> "Mais do que um interesse fortuito da Sociedade dos Antiquários do Norte pelos trabalhos que começavam a ser desenvolvidos pelo IHGB, dialogar com uma sociedade de letrados na América faz parte de um projeto intelectual posto em marcha pelos antiquários do Norte integrando outras associações e intelectuais no continente americano e visando um grande trabalho comparativo a respeito das antiguidades de regiões fora da tradição clássica" (Opus cit., pg 6). Os antiquários do Norte pretendiam, assim, produzir um conjunto de teses científicas que confirmassem outras origens para as civilizações que não partilhavam em sua origem do passado clássico. "É para este passado das Nações do Norte com o claro objetivo de retirá-las de um possível estado de barbárie, afirmando no próprio passado destas regiões a possibilidade da civilização, que convergiam os esforços dos especialistas de Copenhague" (Opus cit., p. 5).

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 5.

desconheciam as letras. Assim, a arqueologia se articulava diretamente com o conhecimento etnográfico.

A primeira importante reforma sofrida pelo IHGB e que resulta na reformulação de seus estatutos em 1851 previa para sua oitava comissão de trabalho o estudo da Arqueologia, da Etnografia e das Línguas indígenas, atestando a importância destas áreas de conhecimento para a cultura histórica do oitocentos<sup>64</sup>.

Kaori Kodama comentou a relação entre a produção etnográfica do IHGB e a arqueologia em diferentes momentos de sua tese **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**, indicando que tais produções estavam comprometidas com a construção de um passado para o Império que só poderia ser recuperado por vestígios arqueológicos. A autora argumenta que tal esforço, então, não se fechava em si.

O interesse por uma investigação arqueológica do Instituto Histórico se vinculava à própria busca em fundar uma escrita da história a partir de um tempo remoto predestinado a ser o passado da “Terra da Santa Cruz” – um passado como uma referência que pudesse ser tomada posteriormente, como *tradição*. Tradição esta, não obstante, que por não se basear naquela dos antigos textos clássicos, deveria ser afirmada a partir de outras perspectivas. Era através da investigação dos vestígios arqueológicos, que tinham o valor de “objetos-testemunhas”, que seria possível pensar em um passado alargado para o território do Império<sup>65</sup>.

Por tais referências, a comparação entre antiquarismo e a produção da Revista sugere a presença de um gosto que envolve a crítica do vestígio (escrito ou não) ao compromisso com o Império. Nesse sentido, o gosto pelo passado não se dava pela valorização de um objeto apenas antigo, mas pela valorização de um objeto que indicasse certas qualidades da *natureza*, dos *selvagens* e da história que compunha o quadro no qual a Nação desenhada. O IHGB, então, participava de um intenso debate que pretendia fundar, retomando a referência que Kodama fez a Hobsbawm e Terence<sup>66</sup>, uma *tradição*.

Fazia parte dessa mesma atenção aos objetos e documentos coligidos uma preocupação com a administração do Império, onde era incorporado ao acervo do Instituto e impresso na Revista *memórias* e documentos “já relativas á história e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes

<sup>64</sup> Ibid., p. 18.

<sup>65</sup> KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005, p. 70.

<sup>66</sup> HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras”. Desde que fossem objetos verdadeiros, eles eram admitidos na coleção e, às vezes, impressos na Revista como meios de se conhecer as potencialidades do Império. Portanto, embora, no geral, as Revistas tratassem de muitos objetos, o que não era tão plural era a intenção pela qual esses objetos eram valorizados. Um texto que também compôs as Revistas entre os anos de 1870 a 1890, intitulado **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**<sup>67</sup>, oferece bons indícios para saber por quais motivos se valorizavam os objetos nacionais.

Lembranças Do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias.

1º Notícias circunstanciadas da extensão da província, seus limites, e divisão em comarcas; seus rios, montanhas, campos e portos; da qualidade de seus terrenos e arvoredos; da sua mineração, agricultura e pescaria; de tudo em fim que possa servir à **história geográfica** do país. [grifo meu]

2º Notícias biográficas, impressas ou manuscritas, dos brasileiros distintos por letras, virtudes, armas, ou por qualquer qualidade notável.

3º Cópias autênticas de documentos interessantes à história do Brasil; e extratos de notícias compiladas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos.

O ponto nº1 traz uma expressão sintomática: *história geográfica*. Em certo sentido, trata-se da já anunciada aproximação entre os *assuntos* caros ao Instituto. Boa parte das *memórias* que se dedicavam a tratar da extensão de uma província, seus limites, rios... o que foi enunciado neste ponto, recebiam apenas o nome *memória*. Nestas, o território ganhava forma por uma narrativa na qual seus antigos ou atuais ocupantes (os *selvagens*) poderiam ser incorporados ao enredo<sup>68</sup>. Cada local era descrito, então, por um enredo que confirmava a presença de portugueses e brasileiros, articulando-o ao Império e afirmando, por suas potências naturais (rios, montanhas...) o papel que deveria ter no quadro geral do país.

O ponto nº1 das **Lembranças** não deixa de revelar, também, que o IHGB experimentava a falta de informação sobre as províncias brasileiras. A busca por conhecer o *estado atual* de tais províncias e o respeito por um letrado que esteve

<sup>67</sup> **Lembranças Do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**. 45 (64): [sem número de página], 1882.

<sup>68</sup> MELO, José Alexandre Teixeira de, 1838-1907. **Campos dos Goitacazes em 1881**. 49 (73): 5-181, 1886.

lá são uma constante no IHGB que reafirma a importância deste ponto dentro do panorama da produção do Instituto.

As biografias, destacadas no ponto nº2, são caras ao IHGB em diferentes sentidos<sup>69</sup>. É válido indicar que existe um valor pedagógico e histórico em cada biografia, como uma prova de que a civilização brasileira teve seus grandes homens, agentes da providência que conduziam a Nação ao progresso<sup>70</sup>, e cujas virtudes deveriam inspirar a formação dos mais jovens<sup>71</sup>.

O ponto nº3, que não se distancia do segundo, indica que a escrita da história, a qual esses sócios se propunham, necessitava de documentos. É importante destacar também que, em alguns casos, como o próprio ponto insinua, tratar da história do Brasil era imprimir e revelar seus documentos, seus indícios.

4º Notícias sobre os costumes dos índios, a significação em vulgar do nome da nação ou tribo; como traziam eles o cabelo? Se dormiam em redes ou no chão? Se de lado ou de resupino? Se tinham os braços, ventas e orelhas furadas? E de quem eram os botoques?

5º Como expressa ou expressava cada uma das tribos indígenas da província as palavras: sol; lua; fogo; água; peixe; mel; pé; mão; cabelo; boca; nariz; olhos; etc. e os números até onde podiam contar?

Os pontos nº4 e nº5 dão alguma idéia do que era a prática etnográfica do Instituto, ou seja, as *notícias sobre os costumes dos índios* serviam para delimitar e compreender as *nações indígenas*. De forma semelhante, além de por *seus costumes*, os ameríndios eram definidos e estudados por sua língua. Tal estudo visava, entre outras questões, medir *o grau de civilização* e a possível utilidade de tais *selvagens* ao Império.

6º Descrição do comércio interno e externo da província; sua indústria e literatura; principais produtos; navegação e estradas; fundação; prosperidade ou decadência das suas povoações.

7º Notícias de fatos extraordinários que aí tenham acontecido; de fenômenos meteoros e outros efeitos naturais que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épocas em que se renovam e de suas causas presumidas.

8º Amostras dos produtos naturais do país, e de quanto possa servir de prova do estado de civilização, industrias usos e costumes dos habitantes do Brasil e de seus antigos indígenas, como as armas e vestuários destes, suas múmias e sepulturas, reparando-se na posição que ocupavam as mesmas múmias em relação aos pontos cardeais, &c.

<sup>69</sup> C.f. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000/1.

<sup>70</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: João Caetano do Santos**. 33 (41): 337-357, 1870.

<sup>71</sup> C.f. GUIMARAES, M. L. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.



O ponto nº6 complementa o nº1. Ao Instituto importava, pelo que se pode perceber por essas **Lembranças**, conhecer as províncias em suas extensões e potencialidades. As *notícias e descrições* das províncias serviriam, então, para se discutir a melhor forma de aproveitá-las. O ponto nº8 também aponta nessa direção, pois buscava-se, com a aquisição de *amostras dos produtos naturais* e objetos que provem o *estado de civilização dos habitantes do Brasil*, conhecer o melhor proceder com tais territórios e com tais *populações*.

O ponto nº7 destas **Lembranças**, último a ser comentado, chama a atenção, porém, mesmo que de fato tenham sido publicados alguns documentos que registram “fenômenos de meteoros”, a motivação pela busca de eventos climáticos extraordinários não foi definida.

Todas as colocações feitas até aqui compõem um panorama que deixa claro que as Revistas contêm um material demasiado vasto para ser todo comentado. No que se refere aos próximos capítulos, iremos detalhar a produção do IHGB que Augusto Fausto de Souza colocou sobre o grupo *Brasil em Geral*, *memórias* que tratavam, não por acaso, de fronteiras e nações. Supomos que essas temáticas são recorrentes por dois fatores: a herança pela qual esses sócios zelavam; a experiência da guerra no Paraguai.

Há de se comentar que os sócios que participaram do Instituto nesse momento experimentaram direta ou indiretamente a guerra travada no Paraguai e, por ela, um contato intenso com diferentes territórios e alteridades. Tais contatos se tornaram ainda mais vivos pela experiência, posterior à guerra, que alguns desses mesmos homens (como o Visconde de Taunay, Couto de Magalhães e Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello) tiveram como presidentes de províncias, onde novamente se encontraram com a *região selvagem* e com o *hispânico*.

Concluimos esse panorama dizendo que a Revista foi um espaço onde tais experiências com o Outro não só foram impressas, como imprimiram uma revisão em um conhecimento herdado. Nesse sentido, há um caminho anterior a ser seguido, pois a análise desse material não é possível sem algumas considerações sobre o segundo reinado e sobre o saber que foi construído ao longo deste. Para tanto, de todos os fios que se poderia seguir, escolhemos um muito particular: as

*memórias históricas* sobre a Regência, redigidas pelo sócio Manuel Duarte Moreira de Azevedo.

## 2.2. Motins, sedições e luta civil: a recente história do Segundo Reinado

Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o “véu pudico” que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado.

Lúcia Maria Paschoal Guimarães, **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 1995.

Se em 1831 a nação ergueu-se, sustentou a sua autonomia, protestou pelas liberdades públicas, se o patriotismo expandiu-se, se os brasileiros resolutos, firmes, inflamados de amor pátrio reagiram contra a marcha governamental, também caiu o país em anarquia, e houve conflagração de idéias, de sentimentos que originaram contendas, lutas e sedições.

Manuel Duarte Moreira de Azevedo, **Sedição Militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 1874.

A primeira citação comenta a disposição dos sócios do IHGB de percorrer o passado recente do Segundo Reinado, o que só se deu “à proporção que a geração dos fundadores desaparecia”, sugerindo que antes havia um certo pudor em relação a este assunto, entre outras razões, pela relação destes anos com a declaração da maioria do Imperador. A segunda citação é o primeiro parágrafo de uma *memória histórica* impressa na Revista do IHGB de 1874 que já indica o tom pelo qual esses anos foram narrados. Assim, anuncia-se nosso assunto: os artigos publicados na Revista do IHGB após 1870, que tratavam de um passado recente, os anos de *anarquia* que se deram após 1831. Não é o caso de reafirmar a idéia de que foram de fato anos de anarquia, mas sim destacar como a produção historiográfica do IHGB, ao percorrer esse momento de intenso debate público, comentava e reafirmava um conjunto de ações e de idéias.

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica<sup>72</sup>.

Supõe-se que seja por essa qualidade da historiografia do IHGB, que Manoel Salgado comenta, potencializada pela proximidade entre o passado que se narra com o presente em que se escrevia, que as *memórias históricas* publicadas entre os anos de 1870 a 1890 revele o apreço que se tinha pela monarquia constitucional e a continuidade que esses sócios percebiam da maioria até

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n.1, 1988, pp 17.

seus dias. O especial interesse por esses anos transparece na predileção dos letrados em comentar as regências, deixando sobre o reinado do duque de Bragança (como usualmente se referiam ao D. Pedro I) um conjunto menor de artigos.

Dentre os sócios do IHGB que se dedicaram a comentar esse passado recente ao Segundo Reinado, destaca-se Manuel Duarte Moreira de Azevedo como autor de referência. Afinal, o “Dr. Moreira de Azevedo” (como assinava seus artigos na Revista) não só foi o sócio que mais escreveu *memórias históricas* entre os anos de 1870 a 1890, como foi o que mais se dedicou ao estudo das regências<sup>73</sup>. O princípio dessa análise, artifício para levantar alguns pontos mais gerais sobre o segundo reinado, é uma data que Azevedo reafirma em boa parte dos primeiros parágrafos de suas *memórias históricas*.

Abdicando D. Pedro I a coroa do Brasil, e sendo menor o herdeiro do trono, passou o leme do Estado às mãos de uma regência, que teve de superar graves dificuldades.

Em 7 de abril [de 1831] a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu; a monarquia nacionalizou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negócios do novo Império<sup>74</sup>.

Tomando essa citação como exemplo de outras, destaquemos que, nas *memórias históricas* de Moreira de Azevedo, o dia 7 de abril de 1831 é um marco, o dia em que algo mudou e nunca mais voltou a ser, o dia em que “a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu”. “Estavam os brasileiros unidos no altar da pátria, e imenso era o regozijo porque nem uma nódoa de sangue tingia o estandarte da liberdade; não se contavam vítimas, e esplêndida era a vitória”<sup>75</sup>. Uma *vitória sem prejuízos*, uma vitória *brasileira* pela qual se imprimia uma distância entre o reino do Duque de Bragança e um rompimento com o *reino europeu*. Essa é a forma pela qual se poderia resumir o dia 7 de abril de 1831 nos artigos de Azevedo. Os dias que se

<sup>73</sup> “Das 92 monografias impressas no período de 1838-1889, 37 foram escritas por eles. O que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% daquele total. Fernandes Pinheiro Contribuiu com 15 textos, Moreira de Azevedo com 17, e Alencar Araripe com cinco, durante o período estudado” (GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 156 (388): 586, 1995). Entre os anos 1870 a 1890 o passado recente foi comentado por: Manuel Moreira de Azevedo com onze artigos; Tristão de Alencar Araripe com quatro artigos; Alves Sacramento Blake com dois artigos; cônego Fernandes Pinheiro e Pereira de Alencastre com um artigo cada.

<sup>74</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Declaração da maioria do Imperador em 1870**. 42 (58): 5, 1879.

<sup>75</sup> Idem. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 367, 1874.

deram após essa data singular, no entanto, não foram de tranquilidade, pois Moreira de Azevedo narrava *motins, sedições e revoltas*<sup>76</sup>. Por essas narrativas Azevedo conferia forma a este passado, afirmando ou lamentando escolhas feitas naqueles anos de *anarquia*. Assim, além da singularidade conferida ao dia 7 de abril, essas *memórias*, embora tratassem de acontecimentos pontuais, compartilhavam um contexto, causas e atores. O que chama a atenção é que, em diferentes narrativas de *motins* e *sedições*, um mesmo vocabulário e um mesmo conjunto de atores se reafirmam<sup>77</sup>. Trataremos, então, de tais recorrências; as especificidades escaparão a esta análise<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> Dos diferentes autores que discutem a relação entre história e narrativa, servem-nos de referência: *História e Narrativa* de Ricardo Benzaquen Araújo (1998); *A questão da narrativa* (1991) e os primeiros capítulos de *A agarrás do tempo* (1989) de Luiz Costa Lima. Por essas leituras, transparece a idéia de que a narrativa historiográfica oitocentista condensa sua densidade no enredo, no processo, como se sobre o fim não houvesse grandes expectativas, uma vez que este já seria implícito desde o início. A tensão se dá pelas idas e vindas do enredo que envolve diferentes frentes e acontecimentos. O tempo desse tipo de narrativa, então, não é uma medida cronológica das sucessões dos fatos, mas várias camadas onde um personagem adormecido pode despertar e mudar o rumo dos acontecimentos sem modificar, no entanto, o fim da história. Um exemplo deste tipo de escrita e de sua relevância para além do debate historiográfico foi indicado por Mattos na introdução de *O Tempo Saquarema*. O texto de Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade* (1855) destaca justamente a necessidade que se deveria ter com o processo histórico, pois mesmo que para o futuro estivesse reservado o progresso, esse princípio não garante ausência de sofrimento desnecessário no presente, ou seja, a necessidade de se ter consciência do presente (se eram anos de *ação, reacção* ou *transação*) independia da confiança no progresso.

<sup>77</sup> Em diferentes momentos de sua produção, Quentin Skinner indica que o discurso opera dentro de um *jogo* do qual o participante não tem pleno controle de seus lances, uma vez que não controla o vocabulário que deve empregar para sustentar seu argumento. Assim, torna-se “evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pg 12). Nesse sentido, é mais interessante perceber a *intenção* do autor (como ele opera com o vocabulário normativo da época) do que tentar definir o *significado* de um vocábulo. Esse mesmo ponto, por outro lado, indica que um discurso presta testemunho de um vocabulário necessariamente mais amplo do que apenas um autor, pois transparece como esse autor se portava frente o *contexto* de enunciação. Desse modo, nem o *contexto* dá conta sozinho do discurso, nem o discurso opera fora de seu *contexto*. No que se refere a análise da produção do IHGB, isso significa dizer que, pela referência de outras obras sobre o Segundo Reinado, é possível recuperar como esses letrados *jogavam* com o vocabulário da época participando de um *contexto* em movimento.

<sup>78</sup> Em **Romanticism and the Rise of History**, Stephen Bann argumenta que a “necessidade pela história” do oitocentos transcendia a prática do historiador. Mais do que um objeto em si, a historiografia dessa época, segundo Bann, é um indício, dentre outros, do gosto pela história que marcou o romantismo. Ao longo deste período, articulou-se uma retórica pela qual o autor e o público percebiam um relato ou imagem como “verdadeiros”, como pertencentes a um certo passado, cujas características eram divulgadas por diferentes meios de produções artísticas. De forma específica, isso se deu com as regências, pois certo vocabulário foi sendo constituído a seu respeito, um vocabulário que definia esses anos como *anarquia*, um passado que, segundo Ângela Alonso (autora de **Idéias em Movimento**) assombrava os homens do segundo reinado. Assim, como Bann percebeu no romantismo europeu, é possível falar, como comenta Ângela Alonso, que as regências eram percebidas por um conjunto de verdades públicas e aceitas.

Todos esses elementos, os **partidos exacerbados**, as **aspirações ilegais**, as **paixões violentas**, as **questões de nacionalidade** e a **insubordinação militar** lançaram em diversos pontos do Império a licença, e produziram comoções, sedições e lutas civis<sup>79</sup> [grifos meus].

As *questões de nacionalidade*, um dos motores dos conflitos das regências, são bem ilustradas no artigo **Tiros no Teatro, Motim popular no Rio de Janeiro**<sup>80</sup>. Uma *turba* se formou pelo enfrentamento entre dois militares que resultou na prisão de ambos. No meio do tumulto um dos oficiais escapou, “a fuga desse militar atiçou mais a cólera dos turbulentos, e ouviram-se vozes repetidas clamando que se prendera o brasileiro e se facilitara a evasão do português”<sup>81</sup>. A turba se enfureceu a tal ponto que se recusava a sair do teatro, sendo expulsa a tiros e bordoadas. Azevedo trata, assim, de um motor das contendas: a animosidade entre *brasileiros* e *portugueses*, pois “era um motivo para intrigas, rivalidades e ódios o haver nascido no Brasil ou em Portugal”<sup>82</sup>.

Esta animosidade tomava outra forma no **Motim Político de Dezembro de 1833 no Rio de Janeiro, Remoção do tutor do Imperador**<sup>83</sup>. Esta *memória* trata do embate entre o *partido restaurador* e os *partidos moderado e exaltado* que, frente a ameaça da restauração, se uniram. O *partido restaurador* pugnava pela volta de D. Pedro I, tendo a frente José Bonifácio, o qual, segundo Moreira de Azevedo, mais teria sido colocado nessa posição do que a teria escolhido. Os *partidos moderado e exaltado* lutavam pela *liberdade da pátria*, “um pugnando pela ordem, pela estabilidade, o outro pela liberdade, pelas garantias sem termo”<sup>84</sup>. O ponto aqui não era os *exaltados* e *moderados*, mas o embate pela tutela do imperador menino e suas irmãs, um embate entre *brasileiros* (favoráveis a nova ordem) e *portugueses* (restauradores) cujo fim foi a descoberta de armamentos escondidos no palácio de São Cristóvão, o que resultou no afastamento definitivo do tutor José Bonifácio. Embora tenha sido o motor de diferentes conflitos, a *questão da nacionalidade* (que se imbricava com a ameaça

<sup>79</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276, 1871.

<sup>80</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no Teatro Motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 349-358, 1873..

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 353.

<sup>82</sup> *Idem*. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

<sup>83</sup> *Idem*. **Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do Imperador**. 39 (53): 25-49, 1876.

<sup>84</sup> *Idem*. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 369, 1874.

da restauração) perdeu força após a morte do ex-imperador em 1834. Outros motivos e atores mantinham as *sedições* ativas.

*Militares* tomavam parte nas contendas, aliás *sedição* era como Azevedo nomeava os movimentos promovidos por eles. As causas das *sedições* foram pouco discutidas. Azevedo chega a mencionar, muito pontualmente, a desarticulação do exército promovida pela regência em seus primeiros anos, mas não a definia como causa das *sedições*. A *intervenção militar* era uma pedra a mais no caminho. Além dos *partidos exacerbados*, das *paixões violentas*, das *questões da nacionalidade* (que excitavam os ânimos até 1834),

acresce que a força militar, pela influência e vantagem que adquirira nos negócios públicos desde 1821, assumira certa preponderância que tornou-se em breve perigosa e fatal tudo se devia decidir pelo peso da espada, e não eram completos os acontecimentos políticos sem a intervenção do exército. Nasceu daí um antagonismo entre militares e paisanos, que começaram a considerar àqueles como opressores e despóticos<sup>85</sup>.

Ao condenar os *sediciosos* e a influência destes nos *negócios públicos*, Moreira de Azevedo aproxima seus comentários do argumento de um sócio muito reconhecido no Instituto. O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, além de ter sido primeiro secretário do Instituto, entre os anos de 1859 a 1868, na condição de historiador também freqüentava o passado recente do Império. Sobre a participação de militares na vida pública, o cônego J. C. Fernandes Pinheiro era direto:

Antes de prosseguirmos na investigação deste precioso veio das liberdades que hoje gozamos, seja-nos licito lamentar a (sua gênese), e partindo do sábio conceito de Cícero, que tomamos por epigrafe, condenemos a intervenção militar nos sucessos que assinalam a vida das nações. Ninguém mais do que nós reconhece e admira a sublime dedicação do soldado (...) desejamo-lo, porém, essencialmente passivo, e como o bastão na mão do cego, submetido à vontade de seus chefes, a quem só e unicamente cabe a responsabilidade de suas ações. Ora semelhantes predicados exigidos pela disciplina são antinômicos com os direitos de cidadão de um país livre, que deve examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios<sup>86</sup>.

Em consonância com o argumento do cônego Fernandes Pinheiro, a participação militar em ações públicas desaguava, nas narrativas de Moreira de Azevedo, necessariamente em prejuízo para os civis, que passaram a ver os militares como “opressores e despóticos”. Assim, tanto na **Sedição militar na**

<sup>85</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 369, 1874.

<sup>86</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil**. 37 (49): 342, 1874.

**Ilha das Cabritas em 1831**<sup>87</sup> (motim que só não desembarcou na praia pelo heroísmo de alguns) quanto na **Sedição militar de Julho de 1831**<sup>88</sup> (na qual um grupo de civis e *sediciosos* entraram na capital exigindo o afastamento de “homens nocivos à pátria”<sup>89</sup>), os *excessos* praticados pelos militares tiveram como explicação o ânimo exaltado destes, o qual a imprensa corroborava em excitar.

A imprensa que desde os últimos anos do reinado do primeiro imperador tornara-se inconveniente, indecorosa, esquecendo a reserva e gravidade dos primeiros tempos, caíra, depois da revolução de 7 de Abril, na licença, no desfaçamento, e de dia para dia mais fel e peçonha foi derramando no corpo social; transformou-se o jornal em pasquim, e substituíram aos argumentos as injúrias, aos raciocínios os insultos; **em vez de educar a imprensa pervertia o povo...**<sup>90</sup> [grifo meu].

Cada *memória histórica* de Moreira de Azevedo, em algum momento, comenta o papel nocivo da imprensa excitando os ânimos. A imprensa sublinhava e divulgava os ânimos partidários para a Rua, “em vez de educar a imprensa pervertia o povo”. Para Evaristo da Veiga, autor do periódico **A Aurora Fluminense**, muitas vezes citado por Moreira de Azevedo,

a razão é clara; a polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e decência são respeitadas<sup>91</sup>.

Por este comentário de Evaristo, Moreira de Azevedo reconhece que até mesmo o partido moderado perdeu a razão algumas vezes. Transparece, assim, o princípio de que as ações partidárias, por partirem de motivações particulares, carregavam o gérmen da anarquia, pois em algum momento entrariam em conflito com as motivações dos outros partidos, o que facilmente poderia incentivar as *aspirações ilegais* em uma luta desenfreada. “Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrário; era luta de protestantes e católicos, da fogueira e do punhal”<sup>92</sup>. Foi o caso de **O dia 30 de Julho de 1832**<sup>93</sup>, quando o partido de Evaristo da Veiga, dominante na ocasião, temendo que nada desse jeito na *crise*, pretendeu um golpe de Estado (segundo Moreira de Azevedo contra a vontade de Evaristo). A regência se demitiria, e a câmara dos deputados se

<sup>87</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276-292, 1871.

<sup>88</sup> Idem.. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 179-190, 1874.

<sup>89</sup> Idem. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 184, 1874.

<sup>90</sup> Idem. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 180, 1874.

<sup>91</sup> VEIGA, Evaristo da. Apud: AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Motim político de 17 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: RIHGB, 1875 vol 51, pg 129.

<sup>92</sup> AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

<sup>93</sup> Idem. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 227-235, 1878.



converteria em assembléia devido à *crise*. Assim, uma reforma constitucional com concessões a princípios liberais seria implementada, aquietando o pretexto da luta. “Tudo estava preparado pelos espíritos exaltados do partido dominante”<sup>94</sup>. A regência de fato demitiu-se, porém no momento em que foi proposta a conversão da câmara em assembléia, esta medida extraordinária encontrou resistência. Foi enviada uma mensagem assinada por boa parte dos deputados aos que pretendiam se demitir, afirmando que a câmara não apoiava tal ato e jurava a constituição.

Felizmente no momento decisivo cada deputado esqueceu suas convicções políticas, interesses de partido e ambições, e só ouvindo a voz da pátria, porque era a da razão e da legalidade, levantou valente brado contra o ato do governo; nenhum ousou afastar-se do terreno da legalidade, nenhum ousou tocar a arca santa das instituições pátrias<sup>95</sup>.

Nesse argumento, a *pátria* tem uma *razão* própria que pode, ou não, se assemelhar a de algum *partido*. Tal *razão*, pelo menos nessa *memória*, era a lei, a constituição. É notável que, assim como muitos artigos de Azevedo se iniciavam com a referência ao dia 7 de Abril, os finais também eram relativamente homogêneos, sendo a citação anterior um bom exemplo. Após o fim da luta, Azevedo elogiava aqueles que agiram pela *razão*, pela *pátria*, preservando a paz e a integridade do território nacional, muitas vezes abrindo mão de suas convicções particulares. Ou seja, as escolhas da *razão*, a *voz da pátria*, eram aquelas que aplacavam as revoltas, conferindo estabilidade a um Império que não contava, ainda, com a presença de um Imperador. Assim, se as narrativas de Azevedo se iniciavam com uma ruptura (o dia 7 de abril de 1831), terminavam com elogios às escolhas que colocavam fim às contendas, possibilitando uma continuidade tecida pela ordem monárquica e (embora Moreira de Azevedo sintomaticamente não comentasse esse ponto) escravocrata. Afinal, Azevedo elogiava as escolhas que levaram a consolidação do Império tal qual este letrado o reconhecia, uma vez que impediram a cisão do território nacional e defenderam a monarquia constitucional.

Escolhas feitas no passado, mas revisitadas e elogiadas no presente (de 1870 a 1890) pela pena deste historiador. Assim sendo, além das *sedições*, *motins* e *lutas civis*, as regências foram palco de grandes atos, “feitos que imortalizam os guerreiros, atos que se chamam de heroísmo”<sup>96</sup>. Os anos de *anarquia*, então,

<sup>94</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 229, 1878.

<sup>95</sup> Idem. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 233, 1878..

<sup>96</sup> Idem. **Sabinada da Bahia em 1837**. 47 (69): 288, 1884.

foram anos especiais, ou melhor, cruciais para a história pátria. Foram as *paixões violentas* do momento que deixaram os ânimos exaltados,

mas não nos devemos admirar hoje das lutas em que ardeu o país, dos sentimentos diversos que então preocuparam os nossos maiores, estava a nação em um **época de transição**, de formação social: a liberdade apalpava os passos no caminho que seguia; a nação se levantara, e na energia do despertar experimentava essas convulsões, esses estremecimentos e abalos, que eram o prenúncio da vida, o movimento dos primeiros passos de um país, que sentia necessidade de expandir-se e engrandecer-se [grifo meu]<sup>97</sup>.

Nem os *nossos maiores* nem a *nação* tiveram culpa, pois era uma *época de transição*, uma etapa inevitável da história nacional. Azevedo utilizava um argumento historiográfico para inserir os anos de *anarquia* dentro de um processo histórico pelo qual as ações do passado justificam o próprio passado e o que se deu após ele: o seu presente. Assim, não havia motivos para condenar de todo a experiência daquela época, afinal, foram por decisões tomadas nela que o próprio Instituto Histórico foi fundado. Nesses anos, até mesmo os *precursores* do Instituto (Januário da Cunha Barbosa, Raymundo José da Cunha Mattos e Visconde de São Leopoldo) conspiram, porém

se conspiram não é para abalar os ânimos e revolucionar a sociedade, mas para agitar os espíritos no amor da ciência, e abrir caminho mais vasto e mais amplo aos conhecimentos humanos. São revolucionários, mas agitadores do bem, pugnadores do estudo e da glória<sup>98</sup>.

Assim sendo, começa a transparecer a idéia de que, apesar dos *motins* e *sedições*, uma parcela dos homens daquele momento eram *homens de boa fé*. Mesmo a disputa partidária entre exaltados e moderados, motor de várias contendas, era atenuada, pois “deve o historiador reconhecer que, de qualquer lado havia homens de boa fé, que bem guiados se não entregariam ao frenesi das paixões, pois só almejavam a felicidade da pátria”<sup>99</sup>. O *frenesi das paixões* tirava a *razão* desses homens, um *frenesi* intrínseco a uma *época* marcada pelas disputas partidárias. Por esse caminho, a narrativa de Azevedo tornava os *excessos* uma condição do momento, retirando a culpa daqueles *homens de boa fé*, naturalizando suas ações como condição de uma Nação que se levantava.

<sup>97</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 351, 1873.

<sup>98</sup> Idem. **Os precursores**. 51 (78): 49, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

<sup>99</sup> AZEVEDO, loc. cit.

Em o **Movimento Político de Minas Gerais de 1842**<sup>100</sup> alguns nomes chamam a atenção. “No mesmo dia 10 José Feliciano, que mais tarde seria enobrecido com o título de barão de Cocães, nomeou para seu secretário a José Pedro Dias de Carvalho, que, corridos anos teria uma cadeira no recinto do senado e outra no conselho de estado...”<sup>101</sup> “... tomando então posse de juiz de direito substituto o Dr. Domiciano Leite Ribeiro, anos depois visconde de Araxá e conselheiro de estado”<sup>102</sup>. São exemplos de *homens de boa fé* que, independente de terem participado de algum *motim*, após a maioria prestaram grandes serviços e receberam grandes honras. Ou seja, a narrativa de Azevedo explicitava que os *partidos exacerbados* habitavam as regências, mas que, após a maioria havia *homens de boa fé*.

Por este último ponto, é válido começar a deslocar a análise da produção de Moreira de Azevedo para algumas colocações mais gerais sobre o Segundo Reinado, pois esses comentários, pelos quais Azevedo reconhece que mesmo aqueles que se amotinaram, após a maioria prestaram grandes serviços e receberam grandes honras, sugerem uma aproximação que, partindo da obra de Mattos<sup>103</sup>, poderia ser tratada como a aproximação entre *luzias* e *saquaremas*.

Para que esse ponto seja apresentado de forma breve, mas não em demasia, é importante destacar que essa aproximação não foi linear, nem se deu plenamente, no sentido em que não se apagou por completo a herança dos anos regenciais. Nem todos tiveram a sorte do Dr. Domiciano Leite Ribeiro, “anos depois visconde de Araxá e conselheiro de estado” e, mesmo para esses, o passar dos anos não apagou seus *motins*. De forma resumida, *luzias* (que não devem ser tomados como um grupo homogêneo, pois, embora representem os liberais, não havia uma unidade como o nome sugere, liberais de localidades diferentes tinham planos particulares e específicos) e *saquaremas* (aqueles que ocuparam com maior intensidade os espaços de decisão do Império e de convívio com o Imperador), ao circularem na corte, partilhando de um conjunto de valores e hábitos, de relações familiares que se davam por redes de casamentos, de escolhas e condições econômicas e de uma ansiedade frente à presença dos escravos e dos homens

<sup>100</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 5-37, 1884.

<sup>101</sup> Idem. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 9, 1884.

<sup>102</sup> Idem. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 10, 1884.

<sup>103</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

livres e pobres, acabavam por se reconhecer como semelhantes. Constituíam uma *classe senhorial*, percebiam um passado comum, construíam uma consciência do presente que se interligava por uma rede de interesses (como os debates sobre a escravidão e sobre as leis de terras), o que não significa, no entanto, a ausência de uma hierarquia interna e cotidiana a esses homens.

Para aqueles que estavam fora da capital, a hierarquia era evidente, pois a centralização administrativa praticada ao longo do Segundo Reinado não dava voz àqueles que não a penetrassem, o que era improvável para quem não estivesse próximo a côrte. Formava-se uma vida ativa cujo núcleo era o Imperador, um *mundo do governo*<sup>104</sup> onde era possível administrar, onde se imprimia uma *direção*. “Segundo Gramsci, a hegemonia de um grupo social é o resultado da dominação política e da “direção”, ou seja, do controle da rede simbólica que imprime na sociedade a preeminência da concepção de mundo daquela elite”<sup>105</sup>.

Nesse sentido, a hierarquia se evidenciava, mesmo para quem habitava a capital, na medida em que para alguns o mundo do governo era permitido, para outros restavam suas casas. Isso porque, neste momento, administrar tem um sentido muito específico. Supunha-se que as decisões tomadas pelo Estado deveriam ocorrer sem grandes debates públicos, e mesmo que em local restrito deveriam ser tomadas de preferência pelo consenso, pois o debate público era temido como gérmen da *anarquia* que tanto marcou os anos regenciais. Assim, do mundo do governo participava uma parcela bem específica da população: os cidadãos livres e ativos que pertenciam a certos grupos e espaços, cujos direitos seriam, nas palavras (já citadas, mas não comentadas) do cônego Fernandes Pinheiro “examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios”<sup>106</sup>. Nesse sentido, o IHGB é um local exemplar, pois dele se podia debater e aconselhar qual o caminho a seguir e, ao mesmo tempo, limitar o acesso a quem participava de tais discussões e regular o calor das mesmas<sup>107</sup>. Especialmente pela presença de D. Pedro II, sempre assíduo às sessões do Instituto quando no Rio de Janeiro, os

<sup>104</sup> C.f. **O Tempo Saquarema**, especialmente o capítulo *Um Império e três mundos*.

<sup>105</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007, p.15.

<sup>106</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil**. 37 (49): 342, 1874.

<sup>107</sup> Manoel Salgado (1988) comenta uma polêmica que se deu em 1852 entre José Joaquim Machado de Oliveira e Duarte da Ponte Ribeiro sobre a demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Uruguai. O debate tomou tal proporção que outros sócios tomaram parte advertindo que a “politização” da discussão poderia comprometer sua objetividade. Aconselhavam a prudência.

debates do IHGB eram eventos singulares na vida do Segundo Reinado. Entre os anos de 1870 a 1890, o monarca se fazia presente no Instituto Histórico mesmo quando estava ausente, pois nunca faltava menção ao Imperador.

Se esses anos marcam um debate intenso na *Rua*, onde a *direção saquarema* foi sendo minada<sup>108</sup>, dentro do IHGB um novo grupo de sócios ia reafirmando seu gosto pela monarquia, gosto que os artigos de Moreira de Azevedo não deixam de revelar e assim encerraremos as considerações sobre este letrado. A predileção pela monarquia aparece, nas *memórias históricas* de Azevedo, especialmente pela constatação de que foi pela presença de diversos *partidos* que “o país caiu em anarquia”<sup>109</sup>. O argumento de Azevedo leva a crer que quando *partidos* debatem sempre influem outros segmentos, como os militares, excitando os *ânimos* e provocando as *paixões violentas*. Afinal, os debates partidários e as *aspirações ilegais* caminhavam juntos, pois a ação partidária, que necessariamente partia de um juízo particular e não de um juízo consensual, rapidamente se tornava *paixão violenta*, assim cada partido só pensava em aniquilar o outro desaguando em uma guerra civil.

Não é surpreendente, então, que nas narrativas de Azevedo a estabilidade só foi conquistada quando se elegeu uma causa única, o Império, o que se deu na **Declaração da Maioridade de D. Pedro II**<sup>110</sup>. Ou seja, o fim da *época de transição*, o fim dos *anos de anarquia*, foi a antecipação da maioria e a diluição dos debates partidários, pois, frente ao Imperador e a ordem que por ele se articulava não havia debate público, uma vez que sua presença deveria concentrar e harmonizar todo debate em um espaço resguardado. Este argumento, que Azevedo serve de exemplo, pode ser visto em boa parte das *memórias* publicadas, pois os sócios do IHGB sempre se dirigiam ao imperador prestando, dessa forma, reverência à ordem que por ele se articulava. Afinal, além de personificar a monarquia, a presença do imperador tinha outra face muito próxima aos sócios do IHGB.

Ao excelso Protetor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Não é ao **poderoso Monarca**, mas ao **Sábio e Modesto** Protetor do Instituto; não é a **Augusto**, mas ao **Mecenas**, que ousou oferecer este insignificante trabalho.

<sup>108</sup> C.f. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

<sup>109</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 179, 1874.

<sup>110</sup> Idem. **Declaração da maioria do Imperador em 1870**. 42 (58): 5-37, 1879.

Negou-me a natureza o talento de poder talhar um belo pórtico ou uma elegante coluna para o majestoso edifício da grandeza de nossa pátria; mas não recuseis, Senhor, esta pedra tosca que, lavrada e polida por operário mais hábil, poderá ser utilizada, ainda que para **o ponto o mais humilde de suas muralhas**. Sou, Senhor, de V. M. I. o mais reverente súbdito e admirador: Augusto Fausto de Souza<sup>111</sup> [grifos meus].

Assim, pela nota que abre seu **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**<sup>112</sup>, o sócio Augusto Fausto de Souza deixava claro que apesar de sua crítica não só à herança da divisão das capitanias hereditárias (a qual dedicou longa explanação), mas, também, à *atual* divisão das províncias, não pretendia comprometer a ordem estabelecida pela presença do Imperador, pois não se dirigia ao *monarca*, mas ao *sábio*, assim seu argumento, apenas administrativo, não era político ou partidário de outro causa que não a do Império. Ao mesmo tempo, se dirigia ao “ponto o mais humilde de suas muralhas”, ou seja, ao território do Império. A dualidade monarca-sábio era uma marca do Imperador e do Império, afinal, pelo menos na perspectiva dos sócios do IHGB, tratava-se de um Império de sábios, de homens de ciência e de letras. Se o Império tinha duas faces (sendo que a do sábio não se mostrava a todos), seu corpo era o território nacional, ao qual os sócios do IHGB prestavam reverência e atenção. A atenção para com o território se imbricava com a administração do Império, pois este necessitava de um *corpo*, assim como este *corpo* necessitava de uma *cabeça*.

Esse ponto será retomado mais de uma vez. O relevante, agora, é que não eram apenas Moreira de Azevedo ou Augusto Fausto de Souza, mas eram todos os sócios do IHGB quem prestavam reverência ao monarca nas sessões em que apresentavam suas *memórias*, o que pode sugerir, especialmente no caso dos sócios do Instituto, o apreço por um conjunto de ações e palavras. Ou seja, o IHGB concentrava entre os anos de 1870 a 1890 um grupo de letrados que, assim como Moreira de Azevedo, percebiam uma continuidade desde a antecipação da maioria até os seus dias; uma continuidade pela qual trabalhavam. Uma das marcas desses homens, a experiência direta ou indireta da guerra travada no Paraguai, demonstra o compromisso e a relação que os sócios do Instituto tinham com a ordem imperial. Trata-se de algo um pouco mais intenso do que uma posição política ou teórica, pois o apreço pelo Império permeava a forma como

<sup>111</sup> SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. 46 (61): 27, 1880.

<sup>112</sup> Idem. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

eles percebiam seu passado, o presente e como articulavam seus *horizontes de expectativas*; permeava também suas ações e como expressavam suas idéias.

No entanto, não há razão para nomear uma linha geral e única para esses homens, a não ser o compromisso com uma herança: as escolhas feitas ao fim das regências que levaram à maioria e à *direção saquarema*, na qual a figura do Imperador tinha um papel insubstituível. Justamente pela relevância da presença de D. Pedro II para a *direção saquarema*, é que as críticas ou sátiras endereçadas ao Imperador significaram um desgaste profundo da ordem monárquica entre os anos de 1880 a 1890. Este é o argumento de Maria Tereza Chaves de Mello, que percorreu diversos periódicos, panfletos, manifestos e revistas ilustradas que tanto satirizavam o Imperador quanto o Império, até porque não havia limites claros entre o representante e o representado. É notável que, nesses mesmos anos, ao lado de **Idéias em Movimento**<sup>113</sup>, os sócios do IHGB pretendiam uma continuidade, pretendiam administrar a herança que receberam de seus mentores. Por isso é válido dar algumas indicações mais paupáveis desta herança, que terão como fio condutor um texto endereçado às *assembléias gerais e provinciais* de 1849, escrito por Varnhagem, sócio do IHGB que teve importância singular, pois não só escreveu uma **História Geral do Brasil**<sup>114</sup>, como se envolveu em diferentes debates sobre a administração do Império. A escolha do **Memorial Orgânico**, portanto, se deve à importância de Varnhagem para o IHGB e a forma pela qual esse texto condensa boa parte das questões sobre as quais os herdeiros da *direção saquarema* se detiveram nas páginas da Revista: os limites; o território; a administração; e a população nacional.

---

<sup>113</sup> C.f. ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>114</sup> C.f. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997 e ODÁLIA, Nilo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Varnhagen: História**. São Paulo: Ática, 1979.